

CATEGORIAS SOCIOLOGICAS: CASA, RUA E IGREJAEduardo Leandro Alves⁸⁶**RESUMO**

Esse texto surge a partir da necessidade de se obter um material específico para atender as exigências que diz respeito à questão da Teologia e o discurso pentecostal, especialmente a questão da sociedade e cultura brasileira. Na produção desse texto, em relação à sociedade e cultura brasileira, toma-se por base as discussões sociológicas de Roberto Damatta, em especial o livro: “A casa e a rua”. Além de definições iniciais de categorias sociológicas, tais como observadas em Émile Durkheim, Karl Max e Max Weber. A perspectiva deste texto é de um teólogo, pois parte do princípio de que a teologia tem a sua voz e precisa ser ouvida.

PALAVRAS-CHAVES: sociedade; cultura brasileira; pentecostalismo; cidadania; categorias sociológicas.

ABSTRACT:

This text arises from the need to obtain specific material that would meet the requirements on the issue of Theology and Pentecostal discourse, especially the issue of Brazilian society and culture. In the production of this text, in relation to Brazilian society and culture, Roberto Damatta's sociological discussions are based on, in particular the book: “A casa e a rua”. In addition to initial definitions of sociological categories, such as those observed in Émile Durkheim, Karl Max and Max Weber. The gaze of this text is that of a theologian, as it is assumed that theology has its voice and needs to be heard.

Keywords: society; Brazilian culture; Pentecostalism; citizenship; sociological categories.

⁸⁶ Doutor e Mestre em Teologia pela Faculdades EST. E-mail: eduleandroalves@gmail.com

INTRODUÇÃO

O texto que você tem em mãos busca entender o que são categorias sociológicas, apresenta o que Roberto Damatta entende por Casa e Rua, como categorias sociológicas e, incluo, também, nesta discussão, a questão religiosa da Igreja como uma categoria sociológica e qual a sua importância.

Em livros como “Carnavais, Malandros e Heróis” e “A Casa & A Rua” Damatta formula teorias para explicar aspectos da sociabilidade brasileira. Uma das mais conhecidas é a distinção entre indivíduo e pessoa, que ajuda a explicar a fragilidade das instituições sociais do país, um “método do estranhamento”.

“**Estranhar**” o Outro. Reconhecer em outro indivíduo (ou em um conjunto deles) suas peculiaridades e diferenças. Não somente, mas também suas equivalências. É na prática do **ESTRANHAMENTO** que eu me identifico, que eu me vejo como ser único e que eu me afirmo como sendo, da mesma maneira, o Outro.

Advogo a ideia (e sempre repito) que a teologia precisa ser bíblica e contextual. Se deixar de ser bíblica perde sua base de apoio, e, se não for contextual, perde a possibilidade de ser compreendida pelos ouvidos da geração. Nesse caso, penso ser necessário conhecer a sociedade, a sua cultura, sua forma de pensar, de agir. Não submeto a teologia à cultura, mas busco conhecer a cultura para submetê-la a uma análise bíblico/teológica.

Bem, não sou ingênuo e nem tenho a intenção de enganar leitores ou alunos, então esclareço, de antemão, que a leitura que faço é de um teólogo pentecostal clássico e este é um dos “óculos” que uso. Obviamente, como pesquisador, sei que há a necessidade da “neutralidade”, mas como fazer teologia sem os óculos da cultura, da denominação, da tradição à qual o teólogo é ligado?

1. O QUE SÃO CATEGORIAS SOCIOLOGICAS?

As categorias sociais constituem uma base para o trabalho científico, mas, de certa forma, só existem em abstrato, isto é, resultam de um processo de abstração e construção do investigador e, nesse sentido, não se apresentam como entidades específicas imediatamente visíveis para o observador. No entanto, para terem validade científica, têm de ter uma base real, isto é, o conjunto de indivíduos que o investigador agregou com base em determinado(s) critério(s) tem de existir na realidade e tem de possuir as características escolhidas.

As categorias utilizadas pelo investigador no seu trabalho são construídas com base num conjunto de pressupostos, a partir de determinado ponto de vista sobre a realidade, e destinadas a certos fins - é o caso, por exemplo, das categorias que encontramos estabelecidas nas estatísticas oficiais. Para utilizar, bem como para construir, as próprias categorias, o investigador tem, portanto, de efetuar um trabalho crítico de "desconstrução" de uma realidade que se apresenta como tendo validade em si própria, isto é, tem de conhecer aqueles critérios e aquele ponto de vista para poder perceber qual o significado e qual a validade das categorias, sabendo que a utilização de indicadores diferentes dará origem a resultados diferentes.

A categoria social, em si mesma, nada diz ao investigador: para perceber o seu significado é necessário proceder a um trabalho de análise, interpretação e comparação de informação.

Em resumo, define-se categorias sociais como grupos de indivíduos que se relacionam porque compartilham algumas características em comum. Elas podem ser de natureza muito diferente, por exemplo, sendo capazes de encontrar categorias sociais relacionadas a sexo, etnia, atividade profissional ou cultura.

2. TIPOS E EXEMPLOS DE CATEGORIAS SOCIAIS

Qualquer característica compartilhada por um grupo grande o suficiente de pessoas pode se tornar uma categoria social. Por esse motivo, podemos encontrar um grande número deles, o que faz com que os especialistas tendam a classificá-los em uma série de categorias. A seguir, veremos alguns dos mais importantes.

2.1 Era

A idade é uma das características que mais influencia nossas vidas sem que percebamos. Com base nessa categoria social, temos uma série de expectativas e crenças sobre o mundo e sobre nós mesmos que determinam muitos aspectos de nossa existência.⁸⁷

2.2 Sexo

Sexo é outra das categorias sociais mais importantes, pois cria uma divisão muito clara e inconsciente entre as duas metades da população. Ser

⁸⁷ Podemos exemplificar na questão do idoso. “Velho na percepção dos “envelhecidos” das camadas médias e superiores está associada à pobreza, à dependência e à incapacidade, o que implica que o velho é sempre o outro. Já a noção de “terceira idade” torna-se sinônimo dos “jovens velhos”, os aposentados dinâmicos que se inserem em atividades sociais, culturais e esportivas. Idoso, por sua vez, é a designação dos “velhos respeitadas”. A expressão “idoso” designa uma categoria social, no sentido de uma corporação, o que implica o desaparecimento do sujeito, sua história pessoal e suas particularidades. Além disso, uma vez que é considerado apenas como categoria social “o idoso é alguém que existiu no passado, que realizou o seu percurso psicossocial e que apenas espera o momento fatídico para sair inteiramente da cena do mundo”. Logo, podemos então considerar o envelhecimento como um processo, a velhice como uma etapa da vida, e idoso como o resultado e sujeito destes. PEIXOTO, C. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade. In: Barros M.M.L de. (Org.). *Velhice ou terceira idade?* Rio de Janeiro: FGV; 1998. p. 69-84

homem ou mulher carrega uma série de expectativas comportamentais (geralmente conhecidas como papéis de gênero) e maneiras de ver o mundo que podem modificar completamente a experiência de vida.

2.3 *Etnia*

Uma das categorias sociais que mais interessa aos sociólogos é a relacionada à etnia. Para a maioria dos pesquisadores, uma pessoa asiática terá uma série de experiências muito diferentes das de um grupo étnico branco, simplesmente porque nasceu com uma cor de pele diferente. É importante não confundir etnia com cultura, pois no segundo caso estaríamos falando de um elemento que pode criar uma identidade forte e um sentimento de proximidade com outras pessoas pertencentes ao mesmo grupo.

2.4 *Profissão*

A profissão seria outro exemplo clássico de categoria social, embora geralmente não seja dada tanta importância quanto as anteriores. A ocupação de uma pessoa pode determinar em grande parte sua maneira de entender o mundo, ao qual ele dedica seu tempo livre e interesses.

No âmbito da sociologia e das ciências sociais, em geral, a expressão Categorias Sociais, e de acordo com Joseph H. Fichter⁸⁸ designa uma pluralidade de pessoas que são consideradas como uma unidade social pelo fato de serem efetivamente semelhantes em um ou mais aspectos, não havendo obrigatoriedade de proximidade física ou contato mútuo. Por exemplo, uma determinada categoria religiosa pode incluir membros espalhados por todo o mundo e sem contatos diretos entre si. Nesse caso, estes indivíduos foram

⁸⁸ FICHTER, Joseph H. *Sociologia*. São Paulo: Editora EPU, 1975.

agregados num mesmo conjunto porque partilham uma característica (ou indicador) em comum: a religião (que é o indicador que nos interessa esse estudo).

A criação de categorias sociais decorre da necessidade estatística para a realização de determinados estudos de investigação científica. Desta forma, as categorias sociais são construções teóricas para responder a uma necessidade, apenas existindo em abstrato. Obviamente que, como em qualquer trabalho de aferição, estatística, a construção das categorias sociais deve ter como base um conjunto de pressupostos sobre uma determinada ideia sobre a própria realidade. É o estudo, análise, interpretação e comparação das informações recolhidas sobre a categoria social que permitirão ao investigador conhecer o verdadeiro significado dessa mesma categoria.

Em nossa busca da compreensão entre sociedade, cultura brasileira e religião (especificamente o protestantismo), segue-se a compreensão das os **Instituições sociais** que, em definição mais direta, afirma-se que são corpos sociais formados para **promover a integração dos membros de uma sociedade**. Algumas instituições sociais, como o Estado e a Igreja, unem os indivíduos de acordo com aspectos com os quais os membros de tais instituições comungam, como religião e nacionalidade. Em outros casos, como a escola e o trabalho, as instituições sociais são meios de adequar o indivíduo a um modo de comportamento esperado pela sociedade.

3. CARACTERÍSTICAS DAS INSTITUIÇÕES SOCIAIS

Segundo o sociólogo alemão **Max Weber**, as instituições sociais são mecanismos criados para integrar o indivíduo à sociedade. Elas garantem, portanto, o que Weber chamou de coesão social, que é **o modo como uma**

sociedade e os seus membros unitários (indivíduos) em um corpo coeso, unido, ou seja, a coesão é o que torna a coletividade uma sociedade.

Poderíamos citar ao menos três nomes clássicos para o estudo da sociologia e religião, tais como Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber, por questões de espaço e de afinidades no estudo nos prenderemos mais a Max Weber.

Weber destaca-se por assumir a possibilidade de uma interação recíproca entre a religião e a sociedade.⁸⁹ Porém, antes de tratar disso cabe diferenciá-lo de seus pares. Devemos lembrar que, enquanto Durkheim, preocupado com a coesão social, adota um holismo que elege a função dos fatos sociais como unidade de análise; Marx, preocupado com a emancipação das desigualdades, adota o materialismo e elege a produção. Weber se afasta dos dois. De Marx, por conceber que a interação humana se dá em vários sentidos e categorias e não se reduz a uma luta de classes, e de Durkheim, porque em vez de lançar o seu olhar sobre o todo social (ou holos), volta a sua atenção para o indivíduo, adotando o que ficou conhecido como individualismo metodológico e elegendo a ação social como unidade de análise.

Por ação social, Weber entende aquela em que o indivíduo se refere ao comportamento de outros, por eles se orientando. Nesse sentido, a sociedade é fruto de interações que se dão por um conjunto de ações sociais de indivíduos.

Weber formula uma sociologia da religião baseada em tipos ideais. A tipologia que se tornou mais importante para a literatura é a tríade profeta, mago e sacerdote. O sacerdote seria o agente da fé especializado, um funcionário de uma instituição permanente, regular e organizada, tendo em vista influir sobre os deuses. Ele se opõe ao mago que faz um uso individual e ocasional dos poderes sagrados. Por último, não menos importante, estaria o profeta, o portador de uma revelação mística ou ético-religiosa que transcende a

⁸⁹ MARTELLI, Stefano, A religião na sociedade pós-moderna: entre secularização e dessecularização. São Paulo, Edições Paulinas, 1995, p.76.

instituição. Dotado de um carisma capaz de agregar fiéis, ele geralmente se opõe ao sacerdote na disputa pela confiança dos leigos, mas geralmente tende a formar outra instituição, e assim, dar início a outro ciclo de institucionalização religiosa..⁹⁰

Roberto Damatta, por vários anos, tem se dedicado a compreender a sociedade brasileira utilizando algumas categorias sociais, dentre essas (que é a que nos interessa mais nesse estudo): “a casa e a rua”. Nós acrescentamos a igreja como uma categoria social.

4. DEFINIÇÕES DE ROBERTO DAMATTA SOBRE A CASA E A RUA

Damatta relata em seu livro:

Fiquei surpreso ao descobrir como é que não se tinha ainda utilizado a casa e a rua como duas “categorias sociológicas” fundamentais para a compreensão da sociedade brasileira de uma maneira globalizada [...] E observo que uso “categoria sociológica” no sentido preciso de Durkheim e Mauss, como um conceito que pretende dar conta daquilo que uma sociedade pensa e assim institui seu código de valores e ideias: sua cosmologia e seu sistema classificatório; e também para traduzir aquilo que a sociedade vive e faz concretamente – o seu sistema de ação que é referido e embebido nos seus valores.

Quando digo que “casa” e “rua” são categorias sociológicas para brasileiros, estou afirmando que, entre nós, estas palavras não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis,

⁹⁰ COSTA, Waldney de Souza Rodrigues. Religião na perspectiva sociológica clássica: considerações sobre Durkheim, Marx e Weber. *Sacrilegens*, Juiz de Fora, v.14, n.2, p.03-24, jul-dez/2017, p. 17. Disponível em: <http://www.ufjf.br/sacrilegens/files/2018/03/14-2-2.pdf>

5. DEFINIÇÕES SOCIOLÓGICA E TEOLÓGICA DA IGREJA

A religião é, segundo Max Weber, um importante elemento que garantirá **uma unidade de pensamento religioso que reforça a coesão social**. A Igreja é a transformação dos valores religiosos em uma instituição social capaz de unir indivíduos de uma mesma crença num corpo coeso.

Nas sociedades ocidentais, os valores morais são reforçados por ensinamentos religiosos promovidos pela Igreja, que passa aos seus fiéis noções de bem e mal, ações corretas e incorretas, além de garantir uma certificação religiosa oficial a outra grande instituição de socialização primária, que é a família.

Israel Belo de Azevedo, teólogo e no exercício do ministério pastoral a mais de 30 anos, diz que “sem a Igreja, Deus não teria com quem contar para arrebatador pessoas para o seu aconchego. A Igreja é, portanto, o lugar onde somos lembrados de nossa missão pessoal e intrasferível”.⁹² Na sequência do raciocínio, seu argumento missiológico do que é ser igreja, identifica como o projeto de Deus para manter as pessoas conectadas ao alvo da vida, que é crescer em direção à perfeição, ter a mente de Cristo, pensar nas coisas que são de cima e ter a estatura de Jesus Cristo, sendo, portanto, o projeto de Jesus para permitir que as pessoas sejam estimuladas a viver da sua Palavra no caminho da maturidade doutrinária e emocional.

Portanto, seguindo definições sobre Igreja, recorreremos a um clássico da literatura Pentecostal editado pela CPAD sobre Administração Eclesiástica,

⁹¹ DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 14

⁹² AZEVEDO, Israel Belo. *Gente cansada de Igreja*. São Paulo: Hagnos, 2010, p. 39.

publicação de 1987, sendo o primeiro livro sobre o assunto produzido por brasileiros e pentecostais. O livro define assim:

De conformidade com o Novo testamento, uma igreja cristã é um grupo de pessoas divinamente chamadas e separadas do mundo, batizadas sob profissão de sua fé em Cristo, unidas sob o pacto para culto e o serviço cristão, sob a suprema autoridade de cristo, cuja palavra é sua única lei e regra de vida em todas as questões de fé e prática religiosa.⁹³

Seguem informando que a missão da Igreja é tríplice: Adoração (glorificação ao nome de Deus); Edificação (Aperfeiçoamento, fortalecimento e crescimento dos salvos) e Evangelização (testemunho).

Via de regra, sociologicamente falando, a igreja interfere na moral (ou produz uma moral), no comportamento com base na interpretação do texto bíblico. Produzindo sempre um dilema ético em questões de cidadania.

Conforme Gregg Allisson,⁹⁴ a igreja é um conjunto de pessoas; de modo específico, a igreja é o povo da nova aliança de Deus. Embora o povo de Deus exista desde o início da raça, a igreja não existia antes da primeira vinda de Cristo, pois Ele é o redentor que realizou a salvação por meio da sua morte expiatória e de sua ressurreição pelo povo de Deus que constitui a igreja. Sendo assim, é por meio do evangelho, e uma resposta a ele em termo a todos os aspectos da obra poderosa de Deus, tais como: eleição, chamado eficaz, regeneração, justificação, união com Cristo, adoção, santificação e perseverança.

Assim, a igreja consiste em dois elementos inter-relacionados que comumente são chamados de Igreja universal e de igrejas locais. Sendo a igreja universal o conjunto de todos os cristãos desde o seu início. Agregando tanto os

⁹³ KESSLER, Nemuel; CÂMARA, Samuel. *Administração eclesiástica*. 9.ed. Rio de Janeiro: CPAD, 1999, p. 23.

⁹⁴ ALLISSON, Gregg R. *Eclesiologia – uma teologia para peregrinos e estrangeiros*. São Paulo: Vida Nova, 2021, p. 29.

crentes falecidos que agora estão na presença de Cristo no céu quanto os crentes vivos espalhados por todo o mundo.

Ampliando, ao menos em termos da definição do “ser Igreja”, a Declaração de Fé das assembleias de Deus, em uma de suas definições, fala sobre a missão da Igreja:

Entendemos que a função primordial da Igreja é glorificar a Deus: *“quer comais, quer bebais ou façais qualquer outra coisa, fazei tudo para a glória de Deus”* (! Co 10.31). Isso é feito por meio da adoração, da evangelização, da edificação de seus membros e do trabalho social. A Igreja foi eleita para a adoração e louvor da glória de Deus, recebendo também a missão de proclamar o evangelho da salvação ao mundo todo, anunciando que Jesus salva, cura, batiza no Espírito Santo e que em breve voltará. O evangelho é proclamado a homens e mulheres, sem fazer distinção de raça, língua, cultura ou classe social, pois *“o campo é o mundo”* (Mt 28.19 ARA), *“e ser-me eis testemunhas tanto em Jerusalém, como em toda a Judeia e Samaria e até os confins da terra”* (At 1.8). Portanto, entendemos que é responsabilidade da Igreja a obra missionária. A edificação é realizada por meio do ensino da Palavra nas reuniões apropriadas da Igreja, como o culto de ensino, da Escola Bíblica dominical. A Igreja também exerce o ministério de socorro e misericórdia, que inclui o cuidado dos pobres e dos necessitados, e não somente de seus membros, mas também dos não membros. Enquanto membros da Igreja somo o sal da terra e a luz do mundo, proporcionando sabor à vida e evitando a putrefação da sociedade ao combatermos o pecado e a corrupção. A Igreja tem a responsabilidade de ser a luz do mundo, e essa luz resplandece por meio de nossas boas obras. Ensinamos que, para a consecução da sua missão, o Espírito Santo foi derramado sobre a Igreja no dia de Pentecostes, e Cristo concedeu líderes para servir à Igreja: *“Querendo o aperfeiçoamento dos santos, para a obra do ministério, para a edificação do corpo de Cristo”* (Ef 4.12).⁹⁵

Nas definições acima, incluindo a Declaração de Fé das Assembleias de Deus, a definição de Igreja também nos apresenta indivíduos que tiveram a sua

⁹⁵ SILVA, Esequias Soares. *Declaração de fé das assembleias de Deus*. Rio de Janeiro: CPAD, 2017, p. 122,123.

concepção de vida alterada. Sua ética e moral são (ou ao menos deveria ser) afetadas diretamente pelos princípios que emanam das Escrituras, que é a base da qual se retira as normas que regulamentam a vida do cristão, assim, devem, automaticamente, influenciar a vida em sociedade.

6 QUESTÕES ÉTICAS NA SOCIEDADE BRASILEIRA, A PREGAÇÃO E A ACOMODAÇÃO DA MENSAGEM

Se o conceito de cidadania implica, de um lado, a ideia fundamental de indivíduo, e de outra, regras universais, como essa noção é percebida e vivida em um a sociedade onde a relação desempenha um papel crítico na concepção e na dinâmica da ordem social?

Dentro da dinâmica política específica da Europa Ocidental, o conceito de cidadania foi um instrumento poderoso para estabelecer o universal como um modo de contrabalancear e até mesmo acabar com e compensar a teia de privilégios que se cristalizavam em diferenciações e hierarquias locais. Se o mercado fez a grande transformação de nosso tempo, permitindo que a terra e a energia humana passassem a ser vendidas e compradas num espaço social demarcado pelo dinheiro e pelo preço, conforme nos ensinou Karl Polany (1967), a ideia de cidadania complementou essa revolução, estabelecendo o indivíduo com um papel social central e absolutamente dentro de nosso sistema. Em ambos os casos, a revolução foi o término de domínios e éticas particulares que operavam simultaneamente dentro de uma mesma sociedade.

Mas será que isso ocorreu em todas as partes? Será que essa ideia de cidadania como um papel social e relacionado à igualdade de todos os homens em todos os lugares (a noção do homem como cidadão do mundo) é verdadeira do ponto de vista da prática social?⁹⁶

⁹⁶ DAMATTA, 1997, p. 64.

Com base no livro já citado de Roberto Damatta, identificamos que o autor é bastante incisivo quando propõe a sociedade brasileira (entre outras sociedades ibero-americanas) como uma sociedade relacional. Nesse caso, o indivíduo no contexto da rua não se distingue por sua individualidade, mas por um conjunto de signos que ele traz por meio das relações que ele tem como parte de um subconjunto (sindicalistas, estudantes, ricos etc.). Mas essa teia de relações vai além: as ações dos indivíduos variam em função das amizades, dos contatos que se tem.

O que podemos observar na nossa sociedade é que o brasileiro compreende a si como um cidadão por sua própria natureza, como se a cidadania fosse um elemento básico, além de espontâneo de sua essência, independentemente de exercê-la: ele tem seus direitos como cidadão por ser brasileiro, sem que necessariamente cumpra sua função. A rigor, o exercício da cidadania até existe, mas num âmbito muito mais individualista do que cidadão de fato, refletindo mais um a vez o anseio do brasileiro por transportar os valores da casa para a rua, de ser entendido com o indivíduo.

[...] Eu diria que uma sociologia do direito revelaria que o argumento relacional é básico para a defesa no caso da Justiça brasileira. Em outras palavras, seria mais fácil defender alguém usando argumentos que demonstrem sua culpa por meio da indução ou relação do que, talvez, em sociedades onde o indivíduo tem uma determinação positiva, como ocorre, por exemplo nos Estados Unidos. Realmente sabemos que é quase impossível julgar uma pessoa no Brasil, pois aqui quem está no banco dos réus é uma família, uma parentela, uma rede de relações, um partido político. Nesse sentido, a estratégia social e política mais visível no Brasil é a de buscar a relação. Que, você conhece *versus* quem conheço é o dado fundamental no cálculo social brasileiro, sendo muito mais importante do que saber o que você faz ou onde nasceu. Ou melhor, tudo isso se pode fazer, mas com o propósito de obter alguém que, sendo conhecido de ambas as partes, posso servir como nosso mediador, cimentando as nossas relações.⁹⁷

⁹⁷ DAMATTA, 1997, p. 80.

Assim, temos com frequência situações em que o sujeito defende a cidadania como unidade muito mais por conta das relações pessoais que ela representa para ele, e por tudo que ele pode eventualmente obter em troca.

A relação na igreja, obviamente não foge a essa regra. A igreja por si só é uma comunidade relacional, são família que se reúnem e, não poucas vezes, mesmo sabendo e pregando que a salvação é individual, que Deus julgará cada pessoa individualmente, independente de pai, mãe, esposa etc., poucas vezes os problemas são tratados individualizados. Pastores costumam levar em consideração esse traço relacional: essa pessoa que está na minha frente é filho (ou filha), esposa (ou esposo), parente, ou amigo de tal pessoa. Muitas vezes busca-se alguém que “sendo conhecido das partes” possa mediar as situações. Ou, de forma mais direta, levar em consideração que determinadas atitudes tomadas não afetarão apenas o indivíduo, mais uma “teia de relacionamentos”. Eis aí um componente da formação social brasileira que (gostemos ou não) interfere na vida diária da igreja.

Vamos avançar um pouco mais, englobando a ética/moral com a religião e a política.

7 ÉTICA/MORAL, RELIGIÃO E POLÍTICA

Michael Sandel, professor de filosofia em Harvard, diz que os princípios e a moral são bem-vindos ao debate público – mesmo que tenham origem na fé. Diz ele: Meu motivo para não insistir nessa separação completa entre política e religião é que a política diz respeito às grandes questões e aos valores fundamentais. Então, a política precisa estar aberta às convicções morais dos cidadãos, não importa a origem. Alguns cidadãos extraem convicções morais de sua fé, enquanto outros são inspirados por fontes não religiosas. Não acho que

devamos discriminar as origens das convicções ou excluir uma delas. O que importa é o debate ser conduzido com respeito mútuo.

O termo Moral pode ser definido como o conjunto de códigos ou juízos que pretendem regular as ações concretas de dada coletividade. Ou seja, o comportamento dos indivíduos em sociedade, de maneira coletiva ou individual, o que devemos fazer diante de determinada situação.

Ética tem de dar razão, mediante a reflexão teórica, filosófica (conceitual e com pretensões de validade universal) da moral, isto é, tem de acolher o mundo moral em sua especificidade e justificá-lo reflexivamente. O questionamento norteador é: por que devo fazer tal coisa?

Assim, Ética e a Moral são grandezas distintas, mas que, ao mesmo tempo, relacionam-se. Ética está ligada ao esforço de entender, compreender e refletir sobre as condutas, hábitos e valores. Moral está ligada a prática desta conduta, comportamento, como se age e vivenciam-se os preceitos em sociedade.

A relativização dos valores dividiu este mundo, materialmente uno, num número sempre crescente de mundos que, geralmente, não se compreendem uns aos outros. Pode-se utilizar a mesma linguagem científica, os mercados podem estar atrelados, pode-se viajar rapidamente de um continente ao outro, porém vive-se cada vez mais em mundos diferentes.

Como entender o que é certo e o que é errado em uma sociedade relativista? Para julgar o outro é necessário que eu o entenda, e entenda também o princípio de meus julgamentos, algo complexo em uma sociedade de relacionamentos superficiais e egoístas.

Foi deixado por conta de nossa época negar a possibilidade de culpa. Não se está seguro de existir algo como certo ou errado, bom ou mau. E essa completa incerteza acerca dos valores morais está na raiz da terrível confusão de nossa época. Esse caos ético é a razão última de todas as nossas divisões e conflitos. Devido a essa nossa incerteza sobre critérios de certo ou errado, o mundo, que em

alguns sentidos está mais unido como nunca (especialmente na comunicação), ao mesmo tempo está, simultaneamente, dividido como nunca esteve.

Se no passado precisávamos percorrer grandes distâncias para encontrar princípios morais distintos dos nossos (sair da Europa e ir para a Ásia, Índia, China), hoje basta atravessarmos o corredor de nosso prédio, ou a rua em que se mora para encontrar pessoas vivendo em um mundo completamente diferente, no qual não existe Deus nem lei divina (mesmo que tenha uma crença no sagrado, é uma crença totalmente distinta do que sempre acreditamos e fomos ensinados), na qual impera o egoísmo, os instintos animais, a sobrevivência dos mais aptos. Muitas pessoas hoje creem que “certo” é o que é útil para o seu grupo”. Existem tantos mundos quantos grupos desses que acreditam serem sua própria lei.

George Forell, em seu livro “ética da decisão”, diz que a fim de responder essas perguntas é necessário examinar a natureza da vida cristã. Dentro do processo ético/reflexivo perguntas são norteadoras. O que é esse cristianismo que é defendido em rede de televisão? Tem alguma relação com a fé histórica da Igreja e com o Testemunho da Bíblia? Qual é a resposta cristã ao problema dos critérios ou padrões morais? Sob quais aspectos a vida cristã difere da vida apregoada por aqueles que não creem em Jesus como o Salvador? Devemos ainda nos perguntar: “O que torna cristã uma vida”?⁹⁸ Vida cristã é o mesmo que vida feliz, vida bem ajustada, vida normal? Como cristãos, como podemos exercer nossa cidadania e influenciar a questão do Direito?

Pode-se dizer que o conceito de cidadania sempre esteve fortemente "ligado" à noção de direitos, especialmente os direitos políticos, que permitem ao indivíduo intervir na direção dos negócios públicos do Estado, participando de modo direto ou indireto na formação do governo e na sua administração, seja ao

⁹⁸ FORELL, George W. *Ética da decisão*. 5.ed. São Leopoldo, RS: Editora Sinodal, 1994, p. 15.

votar (direto), seja ao concorrer a um cargo público (indireto). No entanto, dentro de uma democracia, a própria definição de Direito, pressupõe, em contrapartida, deveres, uma vez que, em uma coletividade, os direitos de um indivíduo são garantidos a partir do cumprimento dos deveres dos demais componentes da sociedade.

O Direito Positivo, por outro lado, é fruto da vontade soberana da sociedade, que deve impor a todos os cidadãos normas voltadas para assegurar às relações interpessoais a ordem e a estabilidade necessárias para a construção de uma sociedade justa.

O conceito de direito positivo não deve ser limitado ao direito escrito nem ao legislado. O que torna positiva uma norma não é o fato de ela ser fruto da atividade legislativa, pois essa atividade gera apenas as leis, que as regras jurídicas caracterizada por serem impostas pela autoridade política. Porém, são igualmente positivos os costumes e os contratos, pois ambos são formas de criação histórica do direito, a partir do exercício do poder normativo social.⁹⁹

Sendo assim, o Direito Positivo é definido por normas morais de cada sociedade e a moral (comportamento) de uma sociedade muda com o tempo. Por exemplo, até a última reforma do Código Civil brasileiro o homem que se casasse com uma moça e descobrisse que ele não era mais virgem, poderia anular o casamento, com a mudança da moral social essa lei não existe mais.

Com a mudança da moralidade na sociedade discute-se o direito da mulher de interromper a gravidez (aborto). Alguns dizem que isso é uma questão de saúde pública, mas na verdade é uma questão de ética e moral, sobre o valor que se dá a vida, ou se a mãe pode ter o direito sobre outra vida que está sendo

⁹⁹ Disponível em: <http://www.arcos.org.br/monografias/introducao-critica-ao-direito/a-natureza-do-direito/7-direito-positivoembora-o-direito-natural-seja-o-de-mais-alta-hierarquia-ele-e-composto-por-normas-de-natureza-muito-generica-que-precisam-ser-concretizadas-em-cada-momento-historico-os-conceitos-de-justica-e-igualdade-por-exemplo-mudam-com-o-processo-hi> Acesso em 19/09/2020.

gerada dentro dela, decidindo se irá viver ou não, pois a diferença entre você que está lendo esse texto e um óvulo fecundado é somente os dias que se passaram.

Outra questão: não se permitia que pessoas do mesmo sexo pudessem casar pois, segundo o Direito Natural, cabe a mulher gerar filho, e para que isso aconteça é necessário o espermatozoide de um homem (pois óvulo + óvulo ou espermatozoide + espermatozoide não geram outro ser vivo), e uma das funções da união entre homem e mulher era (é?) gerar descendência, os filhos e filhas. Com isso, a lógica é o casamento entre pessoas de sexo oposto (mesmo que um deles estivesse impedido de gerar filho, seria uma exceção e não a regra).

No caso de uma cultura judaico/cristã, na qual o texto Sagrado possui mais de 3.600 anos (em relação ao Antigo Testamento), a prática homossexual não é aprovada, muito menos o casamento homossexual. Não estou questionando o *direito* (estamos em um estado democrático) de duas pessoas do mesmo sexo querer viver juntas, mas daí a haver uma lei (direito positivo) que venha me impor a aceitar essas práticas como *naturais*, se nem em relação à anatomia humana isso é natural, são outras questões. Além disso, casamento é uma instituição cristã. Não tenho o *direito* de tirar o *direito* do outro de escolher o seu caminho. Mas tenho o direito de dizer que há 3.600 anos o texto bíblico condena essa prática.

Aqui pode-se dizer que os conceitos morais/éticos religiosos se juntam e influenciam inclusive o voto, que, para alguns é a expressão máxima da cidadania. Ou seja, em muitos círculos se diz que, quando o indivíduo dá o seu voto a alguém que defende princípios contrários a esses, também é um direito de livre escolha, embora, nesse caso seja fruto de uma tremenda confusão moral em sua mente.

Então, ao se eleger pessoas que não comungam dos mesmos princípios ético/morais se está contribuindo para que sejam geradas leis que contrariem os princípios da ética cristã (ao menos em termos defendidos, por exemplo na

Declaração de Fé das Assembleias de Deus, capítulo 24, que versa sobre o que a denominação entende por família). A não ser que se pregue uma coisa e viva-se outra. Aí se entra na hipocrisia dos fariseus.

CONCLUSÃO

Caminhamos pela compreensão das categorias sociológicas, como se manifestam e as implicações para a compreensão da cultura. Da mesma forma o entendimento da Casa, da rua e da Igreja, do autor Roberto Damatta, das quais nos apossamos dos conceitos e incluímos a igreja como mais um conceito e um local onde a moral, o comportamento ético do indivíduo pode ser (e é) formado com base em conceitos escriturísticos.

Nossa jornada nos levou a compreender teologicamente a Igreja e sua influência na pregação que se contrapõe, em muitos casos, à moral vigente, inclusive nos conceitos de cidadania com consequências direta no voto do cidadão no qual, teoricamente, exerce plenamente a sua cidadania.

Assim, é quase impossível desassociar a fé na formação da sociedade brasileira e a construção do Brasil como ele é.

REFERÊNCIAS

ALVES, Eduardo Leandro. *A formação da sociedade brasileira e o pentecostalismo clássico*. Rio de Janeiro: CPAD, 2021.

ALLISSON, Gregg R. *Eclesiologia – uma teologia para peregrinos e estrangeiros*. São Paulo: Vida Nova, 2021.

AZEVEDO, Israel Belo. *Gente cansada de Igreja*. São Paulo: Hagnos, 2010.

COSTA, Waldney de Souza Rodrigues. Religião na perspectiva sociológica clássica: considerações sobre Durkheim, Marx e Weber. *Sacrilegens*, Juiz de Fora, v.14, n.2, p.03-24, jul-dez/2017. Disponível em: <http://www.ufjf.br/sacrilegens/files/2018/03/14-2-2.pdf>

DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FICHTER, Joseph H. *Sociologia*. São Paulo: Editora EPU, 1975.

FORELL, George W. *Ética da decisão*. 5.ed. São Leopoldo, RS: Editora Sinodal, 1994.

MARTELLI, Stefano, *A religião na sociedade pós-moderna: entre secularização e dessecularização*. São Paulo, Edições Paulinas, 1995.

KESSLER, Nemuel; CÂMARA, Samuel. *Administração eclesiástica*. 9.ed. Rio de Janeiro: CPAD, 1999.

PEIXOTO, C. *Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade*. In: Barros M.M.L de. (Org.). *Velhice ou terceira idade?* Rio de Janeiro: FGV; 1998.

SILVA, Esequias Soares. *Declaração de fé das assembleias de Deus*. Rio de Janeiro: CPAD, 2017.

WEBER, Max. *Ética econômica das religiões mundiais: ensaios comparados de sociologia da religião*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.